Instituto Federal de Roraima
Pró-reitoria de Ensino
Departamento de Políticas de Assistência Estudantil

RELATÓRIO

PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA (PBP) - 2025

Contextualização Histórica

O acesso e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior constituem, historicamente, um dos maiores desafios das políticas educacionais brasileiras. Nas últimas décadas, entretanto, observou-se uma ampliação significativa do ingresso nas universidades e Institutos Federais. No caso específico dos IFs, esse movimento foi especialmente intenso entre 2003 e 2014, período marcado pela criação de novos *campi* e pela forte interiorização da rede. Somado a isso, a promulgação da Lei nº 12.711/2012 — a Lei de Cotas — representou um marco na democratização do acesso, ao garantir a entrada de grupos historicamente excluídos desses espaços, como estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas, fortalecendo o compromisso com a equidade e a diversidade no ensino superior público.

Embora o acesso ao ensino superior tenha se ampliado significativamente nos últimos anos — especialmente para estudantes que vivem fora das capitais, considerando que cerca de 85% dos *campi* dos Institutos Federais estão localizados no interior — o mesmo avanço não se observa de forma equivalente na permanência e no êxito acadêmico. A entrada na graduação não garante, por si só, que o estudante consiga permanecer e concluir o curso. Diversos fatores incidem diretamente sobre esse percurso, produzindo desigualdades que se manifestam ao longo da trajetória formativa.

Entre esses fatores, destacam-se as condições socioeconômicas precárias, que dificultam o custeio de alimentação, moradia, transporte e materiais acadêmicos. A isso se somam desafios como a necessidade de conciliar estudo e trabalho, realidade comum entre estudantes de baixa renda, o que reduz o tempo disponível para dedicação às atividades acadêmicas. Aspectos relacionados à saúde física e mental, frequentemente agravados por

sobrecarga, insegurança alimentar e ausência de redes de apoio, também impactam o desempenho e a continuidade dos estudos.

Além disso, muitos estudantes enfrentam dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico, especialmente aqueles que são os primeiros de suas famílias a ingressar no ensino superior. A falta de familiaridade com práticas de estudo, metodologias de ensino e exigências institucionais pode gerar sentimentos de inadequação e isolamento. Em regiões interioranas, a escassez de serviços públicos essenciais, como transporte regular, acesso à internet de qualidade e atendimento em saúde, intensifica ainda mais esses obstáculos.

O Programa Bolsa Permanência (PBP) surgiu justamente para enfrentar essa lacuna histórica nas políticas de educação superior. O programa foi criado por meio da Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, com a finalidade de atenuar as desigualdades e contribuir de forma significativa para que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham condições reais de permanecer e concluir seus cursos.

Ao oferecer um auxílio financeiro regular, o PBP busca minimizar os impactos das dificuldades materiais que incidem sobre a trajetória acadêmica, como a falta de recursos para alimentação, transporte, moradia, aquisição de materiais didáticos e até mesmo para garantir condições básicas de sobrevivência. Além disso, ao priorizar estudantes indígenas e quilombolas, o programa reconhece as desigualdades históricas que marcam esses grupos e atua como instrumento de promoção da equidade e da justiça social.

A análise apresentada neste relatório baseiam-se em dados administrativos extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), em informações institucionais referentes aos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Permanência no ano de 2025 e nas respostas obtidas por meio de questionários aplicados a estudantes e coordenadores dos *campi* do IFRR.

Os dados foram organizados e analisados de forma descritiva, com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico dos estudantes, os principais desafios enfrentados para a permanência no ensino superior e a percepção dos coordenadores acerca dos impactos do programa.

O Programa Bolsa Permanência (PBP) no IFRR

O Programa Bolsa Permanência (PBP) foi instituído nacionalmente pela Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, com o objetivo de reduzir desigualdades e garantir condições mínimas de permanência a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com prioridade para estudantes indígenas e quilombolas. A partir dessa normativa, as instituições federais passaram a aderir ao programa e a operacionalizá-lo internamente.

No Instituto Federal de Roraima (IFRR), a implementação do PBP ocorreu no ano de 2016, quando a instituição passou a integrar o sistema nacional de gestão do programa e a validar estudantes elegíveis conforme os critérios estabelecidos pelo MEC. A adesão do IFRR ao PBP é especialmente significativa diante das características demográficas e socioculturais do estado.

Roraima possui a maior proporção de população indígena do Brasil, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2022). Aproximadamente 15% da população roraimense é indígena, distribuída em diversas etnias, como Macuxi, Wapichana, Yanomami, Ingarikó, Taurepang e outras. Essa presença expressiva se reflete também no perfil dos estudantes que ingressam no IFRR, que historicamente recebe um número elevado de estudantes indígenas, muitos oriundos de comunidades localizadas em áreas rurais, fronteiriças ou de difícil acesso.

Nesse contexto, o PBP assume papel estratégico no IFRR, pois atende justamente o público que enfrenta maiores barreiras para permanecer no ensino superior. Para estudantes indígenas, o PBP não apenas contribui para custear despesas básicas — como alimentação, transporte, moradia e materiais acadêmicos — mas também reconhece as especificidades culturais e territoriais que influenciam sua trajetória educacional.

Assim, a implementação do PBP no IFRR representa uma ação fundamental para reduzir a evasão, promover equidade e garantir que o acesso ao ensino superior se converta em permanência e êxito, especialmente em um estado onde a presença indígena é central para a identidade social, cultural e educacional.

No ano de 2025, o IFRR atendeu a 47 estudantes, distribuídos da seguinte forma:

Campus	**Quantidade de estudantes atendidos em 2025**
Boa Vista	16
Boa Vista Zona Oeste	7
Amajari	18
Novo Paraíso	2
Bonfim	4
Total	**47**

Do conjunto de estudantes atendidos pelo PBP em 2025, três concluíram a graduação, encerrando com êxito sua trajetória acadêmica. A maioria, composta por 28 (vinte e oito) alunos, permanece regularmente matriculada dentro do prazo previsto para integralização curricular, o que evidencia um percurso formativo consistente e alinhado às expectativas institucionais.

Por outro lado, 15 (quinze) estudantes já ultrapassaram o prazo máximo de conclusão. Entre estes, 7 (sete) tiveram a bolsa encerrada em razão de situações como o excedente do tempo permitido ou pela ocorrência de frequência insatisfatória por três meses consecutivos. Esse dado indica a necessidade de acompanhamento acadêmico e institucional mais próximo, uma vez que a literatura aponta que o prolongamento do tempo de curso e a irregularidade na frequência são fatores associados ao risco de evasão e à fragilização da permanência (Silva & Sguissardi, 2019).

Registrou-se ainda um caso de evasão, registrado por trancamento de matrícula, o que, embora isolado, reforça que a vulnerabilidade socioeconômica e acadêmica pode se traduzir em desistência.

Esse panorama revela resultados predominantemente positivos, com significativa parcela dos estudantes em situação regular e em trajetória de êxito. Contudo, também evidencia desafios estruturais relacionados à permanência e à conclusão dentro dos prazos estipulados, confirmando o que a literatura acadêmica já discute: o apoio financeiro é um

fator importante, mas não suficiente para assegurar o êxito acadêmico, sendo necessário considerar dimensões pedagógicas, socioemocionais e institucionais (Almeida & Pimenta, 2021).

Resultado das informações sobre o perfil dos estudantes do IFRR inscritos no Programa Bolsa Permanência (PBP) - 2025

A análise do perfil socioeconômico dos estudantes inscritos no PBP do IFRR permite compreender, com maior profundidade, as condições de vida, as vulnerabilidades e os fatores que influenciam a permanência e o êxito acadêmico no contexto institucional. O estudo baseia-se em dados fornecidos pelo Sistema Integrado de Administração Pública (SUAP), contemplando informações relativas à renda, moradia, etnia, situação de trabalho, trajetória escolar, composição familiar e acesso a políticas sociais. A sistematização desses elementos oferece subsídios essenciais para o planejamento de ações de assistência estudantil e para o aprimoramento das políticas de inclusão e permanência.

A amostra analisada é composta por 34 (trinta e quatro) estudantes distribuídos entre os *campi* Boa Vista (CBV), Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), Amajari (CAM), Novo Paraíso (CNP) e Bonfim (CAB). A caracterização demográfica revela uma predominância expressiva de estudantes indígenas, que representam a maior parte dos inscritos no programa. Dos 34 estudantes, 30 se autodeclaram indígenas, enquanto apenas dois não informaram sua etnia. Esse dado reforça o papel estratégico do IFRR na formação de povos originários, considerando que Roraima é o estado brasileiro com a maior proporção de população indígena, segundo o Censo Demográfico do IBGE.

No que se refere à composição familiar, observa-se que 27 (vinte e sete) estudantes não possuem filhos, enquanto sete são responsáveis por pelo menos uma criança. A média de 3,9 pessoas por residência indica a presença de arranjos familiares amplos, característica comum em comunidades indígenas e em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, nos quais a renda tende a ser compartilhada entre vários membros.

As condições socioeconômicas evidenciam um quadro de vulnerabilidade acentuada. A renda *per capita* média é de aproximadamente R$ 560,00, com valores que variam entre R$ 0,00 e R$ 2.250,00. Seis estudantes encontram-se em situação de extrema pobreza, com

renda igual ou inferior a R$ 218,00. A presença de rendas nulas e a concentração em faixas de baixa renda reforçam a dependência de políticas públicas de assistência. Em relação à situação de trabalho, a maioria dos estudantes não possui vínculo formal: Apenas cinco trabalham em instituições públicas, enquanto os demais atuam como autônomos, agricultores ou aprendizes. Esse cenário demonstra a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, especialmente em regiões interioranas e comunidades indígenas.

As condições de moradia também revelam especificidades importantes. Embora 15 (quinze) estudantes residam em moradia própria, esse dado deve ser interpretado com cautela, pois, em terras indígenas e contextos comunitários, a posse da moradia não necessariamente se traduz em estabilidade econômica. Outros nove estudantes vivem em casas alugadas, seis em moradias cedidas e um em imóvel financiado, o que reforça a diversidade de arranjos habitacionais presentes na amostra.

A trajetória escolar dos estudantes indica que todos cursaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas, o que evidencia desigualdades educacionais prévias e reforça a necessidade de ações de nivelamento e apoio pedagógico. Quanto à forma de ingresso no IFRR, 19 (dezenove) estudantes foram aprovados por vestibular, 10 (dez) por seleção simplificada e 3 (três) pelo SISU, enquanto dois não informaram a modalidade.

No que diz respeito ao acesso a políticas sociais, metade dos estudantes está inscrita no Cadastro Único (CadÚnico), o que confirma a inserção em programas federais voltados à população de baixa renda. Entretanto, apenas sete estudantes recebem algum tipo de auxílio da assistência estudantil, número que contrasta com o perfil de vulnerabilidade identificado. Essa discrepância sugere a necessidade de ampliar a cobertura dos auxílios, revisar critérios de acesso e fortalecer estratégias de divulgação e acompanhamento.

A análise interpretativa dos dados demonstra que o público atendido pelo PBP no IFRR é majoritariamente indígena, de baixa renda e com forte dependência de políticas públicas. A combinação de renda reduzida, ausência de trabalho formal, histórico escolar marcado por desigualdades e baixa cobertura de auxílios institucionais evidencia a importância do PBP como instrumento de promoção da permanência e do êxito acadêmico. Além disso, a presença significativa de estudantes indígenas reforça a necessidade de

estratégias específicas que considerem as particularidades socioculturais e territoriais desses grupos.

Conclui-se que o PBP desempenha papel fundamental no enfrentamento das desigualdades que incidem sobre os estudantes do IFRR. A vulnerabilidade socioeconômica identificada aponta para a urgência de ampliar os auxílios estudantis, fortalecer o acompanhamento social, integrar ações com políticas públicas externas e desenvolver iniciativas de acolhimento e apoio pedagógico. O conjunto dessas ações é essencial para garantir que o acesso ao ensino superior se converta em permanência qualificada e êxito acadêmico, especialmente em um estado cuja composição populacional e territorial exige políticas educacionais sensíveis às diversidades.

Resultado das análises das respostas dos estudantes no questionário

O PBP tem se mostrado fundamental para garantir a permanência de estudantes no ensino superior. Os dados também revelam que, apesar de sua importância, a bolsa não é suficiente para suprir todas as necessidades dos alunos. Entre os principais problemas identificados, o transporte aparece como o mais recorrente, presente em cerca de 70% dos relatos. Muitos estudantes moram longe do *campus*, enfrentam altos custos de deslocamento e relatam atrasos no pagamento do auxílio transporte. Além disso, há ausência de transporte escolar institucional, o que obriga alguns a caminhar longas distâncias diariamente. A alimentação é outro ponto crítico. Diversos estudantes relatam dificuldades para comprar alimentos e destacam a necessidade de merenda ou lanche no *campus*, especialmente no turno noturno. Há casos de alunos que chegam às aulas sem jantar, o que compromete seu rendimento acadêmico.

Embora menos frequente, a questão da moradia também se mostra relevante. O aluguel elevado e a falta de auxílio específico para moradia impactam diretamente a permanência de alguns estudantes. Além disso, surgem relatos de dificuldades relacionadas à saúde e às despesas familiares, como gastos médicos, odontológicos e despesas adicionais com dependentes.

No que diz respeito ao risco de evasão, a maioria dos estudantes afirma não ter pensado em desistir do curso. Contudo, entre aqueles que já consideraram essa possibilidade,

os motivos estão diretamente ligados à falta de recursos financeiros, às dificuldades de locomoção e às barreiras acadêmicas iniciais. Esses fatores revelam a vulnerabilidade socioeconômica como um elemento central na permanência estudantil.

Outro aspecto relevante é o atendimento especializado. Nenhum dos estudantes relatou ter recebido apoio psicológico, pedagógico ou social, mas cerca de metade afirmou que gostaria de ter acesso a esses serviços. Isso evidencia uma falha na divulgação e oferta de apoio institucional, além de uma demanda reprimida por acompanhamento emocional e pedagógico.

Diante desse cenário, alguns pontos de atenção se destacam para a gestão do programa: a necessidade de regularizar e ampliar o auxílio transporte, avaliar a viabilidade de transporte institucional, criar ou reforçar programas de alimentação voltados para estudantes do ensino superior, melhorar a comunicação sobre os serviços de apoio especializado e monitorar de perto os alunos que já pensaram em desistir. Além disso, deve-se considerar a criação de um auxílio moradia para casos críticos.

Em conclusão, os dados demonstram que o PBP é essencial para a permanência dos estudantes, mas ainda apresenta lacunas importantes, sobretudo em relação ao transporte e à alimentação. O risco de evasão está diretamente associado à vulnerabilidade socioeconômica, e há uma demanda significativa por apoio psicossocial e pedagógico. Portanto, fortalecer e ampliar o programa é fundamental para assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes beneficiados.

Resultado das análises das respostas dos coordenadores no questionário

Acompanhamento dos bolsistas

Todos os coordenadores relataram a existência de acompanhamento sistemático dos bolsistas, ainda que com diferentes graus de formalização. Os mecanismos mais citados foram: monitoramento de frequência e notas via SUAP ou registros internos; planilhas de controle; grupos de WhatsApp específicos; e diálogo direto com os estudantes. Observa-se predominância de indicadores acadêmicos como foco do acompanhamento, com menor atenção a aspectos socioemocionais.

Divulgação das vagas

As vagas do PBP são divulgadas em todos os *campi* por meio de múltiplos canais: salas de aula, grupos de WhatsApp, e-mail institucional, redes sociais, site do IFRR, mídias internas e reuniões comunitárias. A combinação de estratégias digitais e presenciais amplia o alcance da informação, especialmente em contextos de menor acesso a plataformas formais.

Ações complementares

A oferta de ações complementares apresenta heterogeneidade. Alguns *campi* realizam oficinas, rodas de conversa e acolhimento no início do semestre; outros adotam práticas reativas, acionadas apenas quando solicitadas. Há ainda casos em que não se identificam ações complementares. Essa diversidade indica que o impacto financeiro do PBP não é acompanhado, de forma uniforme, por suporte pedagógico e psicossocial.

Contribuição para redução da evasão

Os coordenadores são unânimes em reconhecer que o PBP contribui para a redução da evasão e para a permanência estudantil. A bolsa é percebida como estímulo significativo, sobretudo para estudantes de grupos vulneráveis. Contudo, há registros de situações em que o benefício não foi suficiente para evitar reprovações ou cancelamentos, evidenciando que o apoio financeiro não resolve, isoladamente, os múltiplos fatores que influenciam a permanência.

Impactos observados

Entre os impactos mais recorrentes estão: melhora na frequência, rendimento acadêmico e participação em sala; maior dedicação aos estudos; envolvimento em atividades de extensão e pesquisa; e maior probabilidade de conclusão do curso. Destaca-se ainda o "medo de reprovação" como elemento motivador, associado ao vínculo da bolsa à manutenção do desempenho acadêmico.

Sugestões de melhorias

As recomendações dos coordenadores concentram-se em quatro eixos:

• **Normativos e público-alvo**: desburocratização, ampliação do público atendido para incluir indígenas não residentes em comunidades e estudantes não indígenas em vulnerabilidade;

• **Financeiros**: aumento do valor da bolsa e do número de vagas, especialmente para estudantes do interior;

• **Critérios de seleção**: revisão das exigências de residência em comunidade, consideradas restritivas diante das migrações internas;

• **Apoio institucional**: fortalecimento do suporte aos *campi*, reuniões de conscientização, canais diretos de comunicação e maior articulação com equipes pedagógicas e de assistência estudantil.

Boas práticas

Embora alguns coordenadores tenham afirmado inexistência de práticas consolidadas, emergem iniciativas relevantes: grupos de apoio via WhatsApp, conversas de acolhimento e oficinas no início do semestre, além da socialização de experiências entre bolsistas. Tais práticas podem servir de referência para institucionalização de estratégias de acompanhamento.

Recomendações institucionais para o fortalecimento do Programa Bolsa Permanência no IFRR

A análise dos dados quantitativos e qualitativos evidencia a relevância do PBP para a garantia da permanência estudantil no IFRR. Entretanto, também aponta a necessidade de aperfeiçoamento de ações institucionais que ampliem seu impacto.

Nesse sentido, recomenda-se:

• Fortalecer a articulação entre o Programa Bolsa Permanência e as políticas institucionais de assistência estudantil;

• Ampliar ações de acompanhamento pedagógico e psicossocial dos estudantes bolsistas;

• Desenvolver estratégias institucionais de apoio à mobilidade estudantil, especialmente em relação ao transporte;

• Aprimorar a divulgação dos serviços de apoio existentes nos *campi*;

• Monitorar sistematicamente indicadores de permanência, retenção e conclusão dos estudantes beneficiários.

Considerações finais

A análise evidencia que o PBP exerce papel fundamental na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes do IFRR, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. O programa contribui para frequência, rendimento e conclusão dos cursos, mas enfrenta desafios relacionados à uniformização do acompanhamento, à integração de ações complementares e à adequação dos critérios de seleção. Recomenda-se:

• Padronizar instrumentos mínimos de acompanhamento;
• Ampliar ações de apoio pedagógico e psicossocial;
• Aprimorar a comunicação institucional com os bolsistas;
• Revisar critérios de seleção em consonância com realidades locais;
• Buscar ampliação de recursos e vagas;
• Incentivar a identificação e difusão de boas práticas.

Em síntese, o PBP demonstra impactos positivos concretos, mas requer fortalecimento de sua dimensão institucional e pedagógica para consolidar uma rede de apoio mais estruturada e equitativa entre os *campi* do IFRR.

Referências:

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. Pedagogia universitária: caminhos para a formação docente. São Paulo: Cortez, 2021.

SILVA, F. C.; SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: expansão, financiamento e privatização. Campinas: Autores Associados, 2019.